

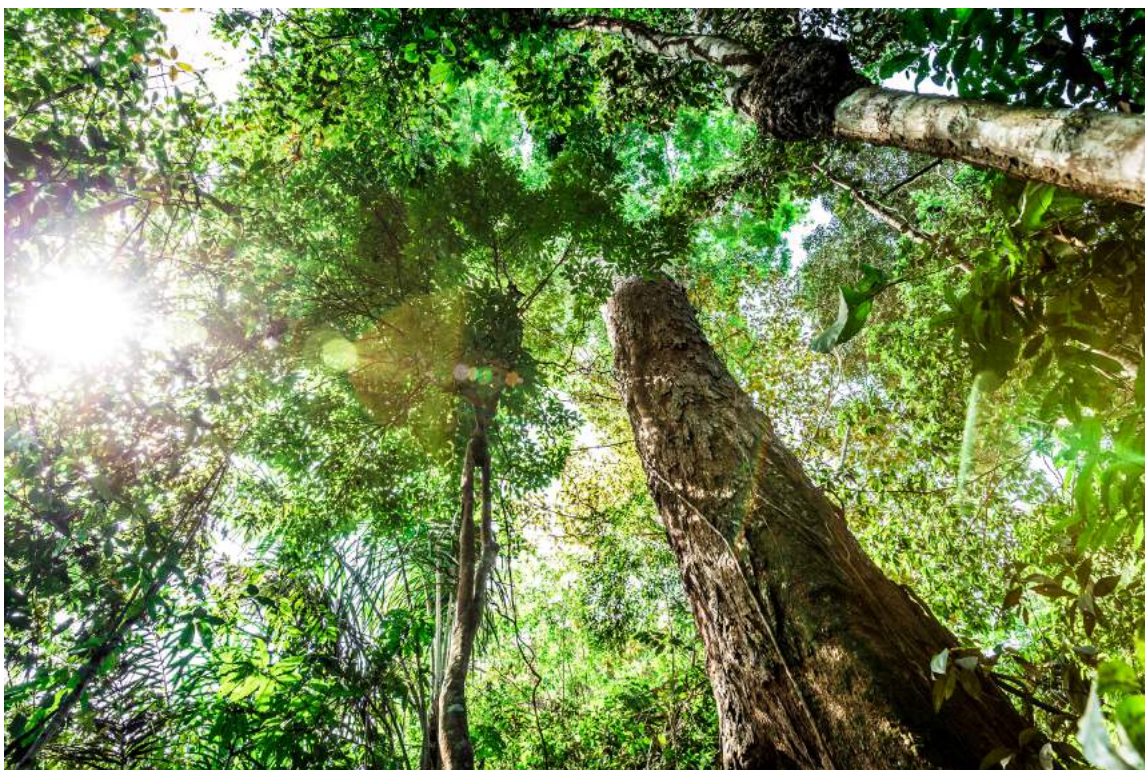
DIÁLOGOS
AMAZÔNICO



■ RELATÓRIO 4

A programação do evento contou com 8 plenárias sobre os mais variados temas como erradicação do trabalho escravo, saúde, soberania alimentar e nutricional, ciência e tecnologia, transição energética, mudança do clima, proteção aos defensores de direitos humanos, aos territórios, aos povos indígenas e populações tradicionais, e vários outros, com espaço para as transversalidades das juventudes, mulheres e Amazônias negras. Além disso, foram realizadas 374 atividades auto-organizadas, das 405 inscrições propostas por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições públicas e privadas.

TEMA: Mudança do clima, agroecologia e as sociobio-economias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional.



Com o acúmulo das atividades sobre o tema, foram registradas as proposições abaixo:

1. Declarar emergência climática na Pan-Amazônia e construir um Plano Estratégico Regional de Ação Emergencial para a Amazônia.
2. Adotar medidas multisetoriais e transnacionais urgentes para a preservação e o equilíbrio da floresta, evitando o ponto de não-retorno e garantir a preservação de pelo menos 80% da Amazônia até 2025, com participação das populações indígenas e povos tradicionais.
3. Construir um plano de eliminação do desmatamento ilegal, degradação e contaminação até 2025, e de um plano similar para o desmatamento legal até 2027.
4. Recuperar as florestas degradadas com sistemas agro-florestais, com predominância de espécies amazônicas.
5. Investir na restauração florestal (biocultural) considerando seus agentes sociais no território.
6. Promover integração e sinergia entre as unidades de conservação existentes.
7. Desenvolver acordos de cooperação e ações transfronteiriças de combate às práticas predatórias que contribuem para a expansão dos incêndios, do desmatamento e da contaminação.

8. Combater os crimes ambientais, incluindo aqueles relacionados à grilagem de carbono, de terras, à mineração e à exploração de petróleo degradantes, socialmente e ambientalmente.

9. Combater as organizações que cometem crimes na Amazônia.

10. Implementar um plano de mitigação de mudanças climáticas no âmbito da OTCA e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030 e em 60% até 2035.

11. Implementar a regulação do mercado de carbono.

12. Conceber políticas públicas relativas à mudança climática envolvendo as periferias das cidades da Amazônia, em especial focadas na melhoria da qualidade ambiental urbana.

13. Ordenar o território com base nos ciclos e fluxos de água, nos espaços urbanos e na floresta.

14. Promover a efetiva transição energética e garantir energia limpa acessível a todos, substituindo recursos e processos baseados em combustíveis fósseis por processos e produtos biológicos.

15. Investir na inovação tecnológica na área de bioinsumos, biofertilizantes e biopesticidas.

16. Conceber um plano de transição ecológica que inclua, em sua concepção, grupos sociais distintos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como beneficiários.

17. Implementar, em cumprimento à Convenção nº 169 da OIT, a consulta prévia, livre e informada (CPLI) às comunidades, em face à pretensão de instalação de projetos em territórios Amazônicos (“Nada sobre nós sem nós”).

18. Demarcar territórios indígenas, quilombolas e consolidar áreas protegidas.

19. Construir novos paradigmas de desenvolvimento, pautados em formatos criativos de sociobioeconomia e sistemas agroalimentares territorializados, democráticos, sustentáveis e justos.

20. Fomentar a economia indígena, quilombola e de outras comunidades e povos tradicionais como uma alternativa sustentável, que permita produzir e comercializar produtos da sociobiodiversidade, conforme seus conhecimentos ancestrais.

21. Promover uma economia do cuidado, baseada nos conhecimentos multiculturais amazônicos e no protagonismo feminino nos territórios.

22. Melhorar a qualidade de vida das mulheres por meio de financiamento de seus bionegócios.

23. Estabelecer tributação de bens e serviços que garanta a justiça ambiental e social.

24. Fomentar cadeias de valor verdes.

25. Criar um selo amazônico, por meio da OTCA, com o objetivo de atestar a produção sustentável de produtos agropecuários, de mineração, bionegócios e energéticos para exportação.

26. Investir recursos nas instituições de ensino e pesquisa da região Pan-Amazônica.


27. Consolidar/investir em um centro de investigação público Pan-Amazônico sobre adaptação à mudança climática e gerar alternativas que regenerem a floresta.

28. Investir em mobilidades nacionais e transfronteiriças dos jovens, no âmbito acadêmico, para que eles possam conhecer a diversidade dos territórios amazônicos e promover intercâmbios de conhecimento.

29. Fortalecer estruturas de estações meteorológicas para medir as variações climáticas.

30. Construir sistemas de informação por satélite articulados e plataformas colaborativas envolvendo múltiplos governos e comunidades locais dos mais distintos países.

31. Garantir o cumprimento do Acordo de Escazú e do Acordo de Paris da COP-2.



32. Atender às recomendações da Primeira Cúpula Ministerial da América Latina e Caribe para uma tributação global, inclusiva, sustentável e equitativa, além das recomendações sobre economia elaboradas pela sociedade civil no marco da Cúpula Técnico-Científica que aconteceu em Letícia, Colômbia, do Pré-Fórum realizado em Rurrenabaque, Bolívia, e demais tratados e acordos internacionais.

33. Apoiar a realização, em 2024, do Fórum Social Mundial de Economias Transformativas na Colômbia.

